CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

PF aponta triangulação de R$ 6,1 milhões do contrato de wi-fi de SP e indícios de lavagem de dinheiro em entidades ligadas ao filme Dark Horse

Fonte original: g1. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	g1 (g1.globo.com)
Autor	Não identificado
Data de publicação	11/09/2026 02:00
URL original	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2026/09/11/pf-aponta-triangulacao-de-r-61-milhoes-do-contrato-de-wi-fi-de-sp-e-indicios-de-lavagem-de-dinheiro-em-entidades-ligadas-ao-filme-dark-horse.ghtml
Relevância	Alta · Investigação e Justiça · Reportagem
Pessoas citadas	Flávio Dino, André Feldman, Karina Gama, Débora Gomes Feldman, Ricardo Nunes, Karina da Gama, William Silva Ferreira, Jair Bolsonaro
Organizações	Polícia Federal, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Fastfuture Tecnologias Emergentes, Complexsys, Prefeitura de São Paulo, Academia Nacional de Cultura (ANC), Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas do Município, Prefeitura de SP
Data da coleta	29/09/2026 09:57
Situação	No ar · última verificação 29/09/2026 10:30
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Para fazer a suposta triangulação, Karina da Gama teria usado as empresas terceirizadas Complexsys Soluções Integradas Ltda. e Fastfuture Tecnologias Emergentes Ltda – do casal André Feldman e Débora Gomes Feldman – que prestaram serviços no contrato de wi-fi de R$ 157 milhões que o ICB tem com a Prefeitura de São Paulo, diz a PF.

• - Complexsys: repassou R$ 2.

• - André Feldman e a esposa Débora Gomes Feldman - donos das empresas Complexsys Soluções Integradas Ltda. e Fastfuture Tecnologias Emergentes Ltda;

• Também por nota, a Complexys - do empresário André Feldman, afirmou que "a operação da Polícia Federal vai comprovar, novamente, que os recursos recebidos pela empresa foram usados somente no contrato para manutenção da rede do Wi-Fi na cidade de São Paulo, sem qualquer vínculo com o financiamento para produção do filme, objeto de investigação". (defesa/posicionamento)

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / g1

RESUMO

As duas entidades de Karina da Gama funcionam no mesmo endereço no bairro dos Jardins, no Centro de São Paulo. Para fazer a suposta triangulação, Karina da Gama teria usado as empresas terceirizadas Complexsys Soluções Integradas Ltda. e Fastfuture Tecnologias Emergentes Ltda – do casal André Feldman e Débora Gomes Feldman – que prestaram serviços no contrato de wi-fi de R$ 157 milhões que o ICB tem com a Prefeitura de São Paulo, diz a PF.

A empresária Karina da Gama, responsável por instalar os pontos de wi-fi na capital paulista. Alguns deles sinalizados, outros não. — Foto: Reprodução/Redes Sociais e Rodrigo Rodrigues/g1

O relatório da Polícia Federal que embasou a autorização do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), para a operação contra a produtora do filme Dark Horse, nesta quinta-feira (10), aponta indícios de uma triangulação financeira de ao menos R$ 6,1 milhões entre empresas e entidades ligadas à empresária Karina da Gama.

Segundo a decisão de Flávio Dino, os agentes federais descobriram que pelo menos R$ 6,1 milhões que saíram do Instituto Conhecer Brasil (ICB), de propriedade de Karina, foram repassados a empresas terceirizadas da ONG e que depois retornavam para outra entidade em nome da empresária: a organização social da cultura (OSC) chamada Academia Nacional de Cultura (ANC).

As duas entidades de Karina da Gama funcionam no mesmo endereço no bairro dos Jardins, no Centro de São Paulo.

Para fazer a suposta triangulação, Karina da Gama teria usado as empresas terceirizadas Complexsys Soluções Integradas Ltda. e Fastfuture Tecnologias Emergentes Ltda – do casal André Feldman e Débora Gomes Feldman – que prestaram serviços no contrato de wi-fi de R$ 157 milhões que o ICB tem com a Prefeitura de São Paulo, diz a PF.

Outras duas empresas usadas no esquema, segundo a PF: a Ultra IP Tecnologia e Serviços Ltda – do empresário William Silva Ferreira, que também recebeu dinheiro do wi-fi de SP – e a Distribuidora de Produtos LMS Ltda.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

“A ANC aparece repetidamente como destinatária de recursos provenientes de diferentes empresas financiadas pelo ICB. (...) As movimentações narradas apresentam fortes indícios de retorno dos recursos públicos pagos ao ICB para a esfera de disponibilidade dos próprios responsáveis pela OSC [organização social da cultura], com potencial caracterização de desvio e contornos de lavagem de dinheiro”, disse o ministro Flávio Dino no documento.

LEIA MAIS:

- ENTENDA quem é Vanderlei Natividade, o eletricista alvo da PF e tesoureiro da ONG de Karina Gama que movimentou R$ 83 milhões

- Karina da Gama: quem é a produtora de 'Dark Horse' alvo de operação da Polícia Federal em SP

- Produtora de filme sobre Bolsonaro comprou carro SUV com R$ 100 mil em dinheiro vivo e disparou alerta do Coaf

A investigação aponta que a ANC repassou os seguintes valores das empresas pagas pelo Instituto Conhecer Brasil (ICB):

- Complexsys: repassou R$ 2. 626.949,69 e R$ 1. 308.986,33 para a ANC;

- Ultra IP: repassou R$ 1.336.201,50 para a ANC;

- Fastfuture: repassou R$ 603. 136,12 para a ANC;

- Distribuidora LMS: repassou R$ 300.000,00 a ANC;

- Total: R$ 6.175.273,64

Os empresários donos de pelo menos três empresas também foram alvo de busca e apreensão da Polícia Federal nesta quinta-feira (10). Os três estão proibidos de deixar o Brasil. São eles:

- André Feldman e a esposa Débora Gomes Feldman - donos das empresas Complexsys Soluções Integradas Ltda. e Fastfuture Tecnologias Emergentes Ltda;

- William Silva Ferreira – dono da empresa Ultra IP Tecnologia e Serviços Ltda., terceirizada pelo Instituto Conhecer Brasil (ICB).

O que dizem os citados

Por meio de nota, a defesa de Karina da Gama afirmou que "tendo em vista a operação da Polícia Federal na data de hoje, no exercício da advocacia em favor da Sra. Karina Ferreira da Gama, ajuizamos nesta data, reclamação constitucional em jurisdição criminal perante a Presidência do STF.

A medida não discute o mérito da investigação, sendo certo que, a cliente estava contribuindo espontânea e voluntariamente, tanto que, atendeu, na última sexta-feira, à solicitação da Polícia Federal e entregou mais de 20 mil laudas de documentos, o que prova sua boa-fé e lealdade processual.

Entretanto, nossa defesa técnica insiste em assegurar a autoridade das decisões da Presidência do STF e a competência do juiz natural.

Acreditamos em nossas Instituições e confia-se na Suprema Corte para a plena garantia do devido processo legal."

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Também por nota, a Complexys - do empresário André Feldman, afirmou que "a operação da Polícia Federal vai comprovar, novamente, que os recursos recebidos pela empresa foram usados somente no contrato para manutenção da rede do Wi-Fi na cidade de São Paulo, sem qualquer vínculo com o financiamento para produção do filme, objeto de investigação".

"A perícia independente, já anexada nos inquéritos policiais, também comprova que não existe nenhuma relação entre o contrato da empresa com a produtora Go UP", disse.

O g1 e a GloboNews procuraram a defesa de todos os envolvidos e ainda não obtiveram retorno de parte deles.

A gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB) disse que "repudia qualquer tentativa de criar relações entre projetos e programas do Município e a produção cinematográfica do filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro".

"A administração municipal reitera que a obra não recebeu recursos municipais. A assinatura e execução do termo de colaboração firmado com o Instituto Conhecer Brasil (ICB) não têm qualquer irregularidade identificada", disse (veja a íntegra abaixo).

Íntegra da nota da Prefeitura de SP

"A Prefeitura de São Paulo repudia qualquer tentativa de criar relações entre projetos e programas do Município e a produção cinematográfica do filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro. A administração municipal reitera que a obra não recebeu recursos municipais. A assinatura e execução do termo de colaboração firmado com o Instituto Conhecer Brasil (ICB) não têm qualquer irregularidade identificada. O Programa Wifi Livre segue em pleno funcionamento na cidade com 3.200 pontos instalados e mais de 760 milhões de acessos registrados, conforme pode ser verificado no link. https://wifilivrecomunidades.org/sp.

Atualmente, o custo de manutenção de cada ponto de Wi-Fi é de R$ 1.280,80, valor menor do que os praticados na gestão Haddad, quando cada ponto chegou a custar R$ 8.899,13. Vale destacar que o Tribunal de Contas do Município (TCM-SP) julgou irregular a execução do contrato de 2014 por falhas de autenticação, monitoramento e qualidade do serviço. Em relação à parceria com o ICB, a Controladoria Geral do Município (CGM) acompanha as investigações desde as primeiras denúncias e instaurou procedimento em maio de 2026, que segue andamento".

Íntegra da Nota de Karina da Gama

"Tendo em vista a operação da Polícia Federal na data de hoje, no exercício da advocacia em favor da Sra. Karina Ferreira da Gama, ajuizamos nesta data, reclamação constitucional em jurisdição criminal perante a Presidência do STF. A medida não discute o mérito da investigação, sendo certo que, a cliente estava contribuindo espontânea e voluntariamente, tanto que, atendeu, na última sexta-feira, à solicitação da Polícia Federal e entregou mais de 20 mil laudas de documentos, o que prova sua boa-fé e lealdade processual. Entretanto, nossa defesa técnica insiste em assegurar a autoridade das decisões da Presidência do STF e a competência do juiz natural. Acreditamos em nossas Instituições e confia-se na Suprema Corte para a plena garantia do devido processo legal."

Fonte original: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2026/09/11/pf-aponta-triangulacao-de-r-61-milhoes-do-contrato-de-wi-fi-de-sp-e-indicios-de-lavagem-de-dinheiro-em-entidades-ligadas-ao-filme-dark-horse.ghtml · Coletado em 29/09/2026 09:57 · Gerado em 28/11/2026 00:07

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.